



POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E INCLUSÃO SOCIAL: O PELC / PRONASCI NO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM – PA

Ivan Teixeira Pantoja Júnior – Especialista - UFPA

Mirleide Chaar Bahia – Mestre – UFPA

GTT 9

RESUMO: As diversas políticas públicas sociais, como as de lazer, são direitos do cidadão e meios que podem ou poderiam propiciar o acesso às vivências dos conteúdos culturais do lazer principalmente para as camadas populares e de menor poder aquisitivo, uma vez que o lazer se destaca no mundo atual como um potencial para a sociedade em vários aspectos como a Inclusão Social. Esta pesquisa objetivou verificar em que medida o PELC / PRONASCI, no núcleo do bairro da Terra Firme em Belém - PA, se configura como uma possibilidade de inclusão social. Faz-se aqui uma abordagem qualitativa, com procedimentos metodológicos de um estudo descritivo, por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com os participantes do programa. Os resultados revelam que as diferentes respostas apresentadas pelos indivíduos entrevistados demonstram variação do tempo de participação de cada um no programa, como uma determinada rotatividade de alunos, além de frequência fraca. Percebe-se, também, o princípio esportivo competitivo por meio do futebol nas atividades do programa em questão. Ao serem indagados, os entrevistados, em sua maioria, se referiram ao programa apenas relacionado-o com o esporte, principalmente a possível carreira no futebol. Assim, nas falas ainda se denotam uma limitação com relação às atividades do programa PELC / PRONASCI e, sutilmente, percebe-se alguns dos reais objetivos do lazer, o que pode contribuir para a inclusão e melhoria das relações sociais, como o convívio, as amizades. Referente ao lazer como direito, dos quinze entrevistados, oito (metade dos participantes) sabiam que o lazer é um direito social garantido pela Constituição. Assim, percebe-se que muitos indivíduos desconhecem ou não compreendem, de forma crítica e consciente, o lazer enquanto necessidade humana e direito de todo cidadão. Algumas possibilidades de inclusão social são perceptíveis nos conteúdos das falas significativas, mesmo estas sendo sucintas ou até expressas a partir do senso comum. É importante esclarecer que os projetos, programas e ações sociais, advindos do poder público ou das instituições privadas, não incluem o indivíduo de modo total na sociedade, pois para que a inclusão ocorra é preciso muito mais do que saúde, educação, segurança, moradia, empregos e tantos outros. Neste sentido os programas podem ser vistos como meios de integração, como um dos processos que contribuem para a inclusão social dos indivíduos, portanto há necessidade de se ter espaços adequados e políticas públicas bem mais estruturadas e eficientes, a fim de servir à comunidade para o acesso às práticas ou vivências de lazer. Tudo isso pode ser considerado um processo de inclusão e melhoria de relação social, onde participar é, sobretudo, considerar e respeitar as diferenças individuais, culturais e sociais, amenizar as desigualdades sociais, o

que possibilita o maior conhecimento e desenvolvimento, a partir das situações de diversidade de idéias, sentimentos e ações. Conclui-se que as políticas públicas de lazer precisam ser mais eficientes, além de suprir as necessidades da sociedade, minimizando assim as desigualdades e contribuindo de forma mais eficaz para o processo de inclusão social do cidadão.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sílvia C. F. Políticas Públicas de Lazer: Existe Possibilidades de uma Gestão Participativa? In: PADILHA, Valquíria. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

BONALUME, Cláudia et al. O lazer. In: BRASIL. Ministério dos Esportes. *Brincar, jogar, viver: Lazer e intersetorialidade com o PELC*. Ed. América Ltda, 2008. p. 45-60.

BRASIL. Ministério da Justiça. PRONASCI: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério dos Esportes. *Manual de Orientação: Programa Federal Esporte e Lazer da Cidade*, 2008. Disponível em: <http://www.pronasci.gov.br/jovem>. (Acesso em 15 Dez. 2009).

DALLARI, D. de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus, 1996.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos de gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEIROS, Maria Wilma de S. B. *O significado dos direitos humanos da criança e do adolescente em exclusão social*. Trabalho de Conclusão Curso (Especialização). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002.

MELO, Vitor Andrade D. *Lazer e minorias sociais*. Rio de Janeiro: IBRASA, 2003.

OLIVEIRA, Rita. Integração Social e Idosos: Análise de uma Política Pública. In: ISAYAMA, Helder; LINHARES, Meily (Org.). *Avaliação de Políticas Públicas de Avaliação: Questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

PACHECO, Reinaldo Tadeu B. A escola pública e o lazer: Impasses e perspectivas In: PADILHA, Valquíria. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

SALGADO, Simone; SILVA, Kátia Z. Construindo cultura de inclusão nas aulas de educação física numa perspectiva humanista. In: *Revista Arquivo em Movimento*. Rio de Janeiro, v. 01, n.01, p.45-53, Jan. – Jun., 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: Dilemas teóricos e alternativas políticas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.12. n. 35. São Paulo, 1997.

Email: pantojajunior@yahoo.com.br

Email: mirleide@ufpa.br